

Condições e limites da gestão concertada dos recursos naturais a nível local

Reflexões sobre um projeto de manejo florestal na Amazônia Oriental

Christophe Albaladejo* e Iran Veiga**

*INRA/SAD BP 27 - 31326 Castanet Tolosan cedex, França albalade@toulouse.inra.fr

**UFPA/CAP/NEAF Campus Universitário do Guamá, rua Augusto Corrêa 1 66.075-900 Belém - PA iveiga@ufpa.br

Resumo:

Neste artigo discutiremos a questão das condições de implementação de uma gestão concertada dos recursos naturais, a nível local, na Amazônia Oriental. Serve de quadro para esta reflexão, o projeto de manejo florestal por agricultores familiares, financiado pelo Ministério do Meio Ambiente e levado a cabo por uma equipe de docentes – pesquisadores ligados à Universidade Federal do Pará juntamente com três Sindicatos de Trabalhadores Rurais da região de Marabá.

Após a apresentação do projeto e das condições históricas de sua montagem enquanto colaboração entre uma equipe de pesquisa-desenvolvimento e Sindicatos de Trabalhadores Rurais, trataremos, sucessivamente, das três bases de uma gestão concertada segundo a Teoria das Organizações: primeiramente, os limites e a morfologia do sistema de ação concreto em questão; em seguida, os saberes em jogo em termos de gestão dos recursos naturais; e, finalmente, as condições e a qualidade da deliberação entre atores a propósito desta gestão. A conclusão retomará, transversalmente, estes três aspectos sob o ângulo da aprendizagem, sobretudo da aprendizagem organizacional.

Este exemplo nos mostra, claramente, os perigos de nos restringirmos a uma visão sociológica limitada à teoria das organizações. É mister ampliar o quadro de análise até o conjunto da sociedade brasileira, ao menos até o ponto em que seja possível estabelecer as condições de aplicação de tais enfoques. Mostramos, especialmente, a impossibilidade de uma gestão concertada dos recursos naturais “em estado puro” (as condições sociais, para tanto, se encontrando longe de estarem reunidas). Simultaneamente, argumentamos a favor da necessidade, não apenas em um plano sociológico mas sobretudo social, de tentar aplicar os métodos da gestão concertada, mas

sob a condição de transformar os postulados deste enfoque em termos de sociologia das organizações e de enfoques patrimoniais em hipóteses, ou em grandes direções de avaliação da ação. Trocando em miúdos a gestão concertada dos recursos naturais é uma utopia, que, no entanto, começa a ser útil a partir do momento em que ela é considerada como tal.

Palavras-chave: gestão concertada dos recursos naturais, enfoques patrimoniais, abordagens participativas, teorias das convenções, desenvolvimento local, manejo florestal.

Abstract:

In this paper, we discuss the conditions for a concerted resource management approach at a local level in the eastern Amazon. To illustrate our discussions we use a small farmers forest management project, supported by the Ministry for Environment and implemented by a team of academics and researchers linked to the Federal University of Pará and three small farmers unions from the region of Marabá.

After presenting the project's main features and historical conditions behind the collaboration between researchers and farmers unions, we deal with three dimensions of concerted management action. First, the limits and the morphology of the social object in question (in this case a "near organisation"). Second, knowledge at stake in terms of changes in resource management. And third, conditions for and quality of the deliberation process (or participatory process) between actors about resource management. The conclusion reanalyses these three dimensions from the point of view of learning process.

This example clearly demonstrates the danger of restricting the sociological scope to just organisation theories. To be able to establish conditions where the approach can be used it appears necessary to open up the frame of analysis to include sociological theories capable of analysing changes at stake in the whole of Brazilian society. Collaboration with sociologists not engaged in the project is indispensable to highlight the limits of concerted approaches. We demonstrate that conditions for application of the concerted management approaches are rarely met, at least in developing countries. Nevertheless we argue that its application is useful with critical distance analysis, transforming the postulates of these approaches into questioned hypotheses. In reality, concerted natural resource management is a utopia that only becomes useful only when regarded as such.

Key words: Concerted resource management, patrimonial approaches, forest management, convention theory, local development, participatory approaches.

Résumé:

Les approches dites de gestion concertée des ressources naturelles au niveau local, sont devenues très courantes aujourd'hui et convergent avec la montée en puissance des approches participatives appliquées aux problèmes environnementaux. Elles prennent des dénominations diverses (approches patrimoniales, grassroot environmental actions etc.) mais toutes reposent

sur une vision du social en terme de sociologie des organisations.. Dans le cadre de cet article nous nous posons la question de l'applicabilité de ces approches au cadre amazonien, c'est pourquoi un projet de gestion paysanne de la forêt native sert d'appui et d'exemple à cette réflexion. Ce projet est financé par le Ministère Brésilien du Milieu Naturel et est réalisé par un laboratoire pluridisciplinaire centré sur des recherches en situation (le Laboratório Sócio-Agrônômico do Tocantins) conjointement avec 3 syndicats de travailleurs ruraux de la région de Marabá.

Après une présentation du projet et des conditions historiques de son émergence en tant que collaboration entre la recherche et trois syndicats de travailleurs ruraux, nous abordons successivement les trois piliers d'une gestion concertée selon la théorie des organisations: premièrement les limites et la morphologie du système d'action concret concerné, deuxièmement les savoirs de gestion des ressources en jeu et troisièmement les conditions et la qualité de la délibération entre acteurs à propos de cette gestion. La conclusion reprend transversalement les aspects précédents sous l'angle de l'apprentissage, notamment de l'apprentissage organisationnel.

Le cadre amazonien met à rude épreuve les approches évaluées du fait d'un contexte de violence et domination, mais aussi du fait de la difficulté de délimiter de façon satisfaisante le "social en question", et la profondeur de temps qu'il faut prendre en compte ainsi que celle dont il faut rendre compte. Egalement les distances culturelles, mais aussi de points de vue sur les ressources, pose question quant à la possibilité d'une compréhension mutuelle à propos des règles de gestion de celles-ci et surtout quant à la construction d'objets de connaissance valables dans d'autres situations. Même si le cas amazonien est un cas sans doute extrême, il semble poser des questions plus générales sur la délimitation d'un domaine de validité des ces approches, et donc à la fois des questions d'ordre méthodologique et éthique

Cet exemple nous montre clairement les dangers d'en rester à une vision sociologique limitée aux organisations, il nous faut ouvrir le cadre d'analyse à l'ensemble de la société brésilienne, suffisamment du moins pour être en mesure de qualifier les conditions d'application de telles approches. Nous montrons notamment l'impossibilité d'une gestion concertée "en l'état", les conditions sociales étant loin d'être réunies. Simultanément nous argumentons pour l'utilité de l'exercice, non seulement sur un plan sociologique mais surtout social, qui consiste à essayer d'appliquer des méthodes de gestion concertée, à condition de transformer les postulats de l'approche en termes de sociologie des organisations et des approches patrimoniales en hypothèses ou en grandes directions d'évaluation de l'action.

Autrement dit la gestion concertée des ressources avec les paysans de l'Amazonie Orientale est une utopie, mais elle commence à être utile à partir du moment où elle est considérée comme telle.

Mots-clefs: gestion concertée, approches patrimoniales, théories des conventions, développement local, gestion des forêts, approches participatives.

Introdução

Neste texto abordaremos o tema da implantação de projetos de gestão concertada de recursos no contexto da Amazônia Oriental. Hoje em dia, este tipo de enfoque emerge, simultaneamente, em diferentes ramos do conhecimento que tratam de ações de proteção ao meio ambiente e de desenvolvimento local. Surgiu face a uma preocupação e um "savoir faire" ligados à participação dos agricultores nas pesquisas sistêmicas em agricultura (Huijsman, 1995 – Röling, 1994), nos discursos de organizações internacionais interessadas no "local" e na participação de populações na gestão direta dos recursos naturais (Ghai & Vivian, 1992); ou, ainda, na aplicação crítica das ciências da gestão e da sociologia das organizações à análise das ações de proteção ambiental (Mermet, 1992 – Weber, 1997 – Ollagnon, 1997). Apesar destas diversas origens, os diferentes enfoques têm em comum o fato de basear no "local" os elementos de construção de uma organização social¹, de saberes e acordos em relação à gestão da natureza, associando os atores locais, gestores diretos, às instituições públicas, indivíduos e empresas distantes, mas concernidas mais ou menos diretamente pelos recursos desta localidade. Freire Vieira & Weber (1996) trazem uma apresentação completa e crítica destes enfoques. Este artigo pretende completar e prolongar essas reflexões a partir de um exemplo concreto na Amazônia oriental.

O livro de Freire Vieira & Weber mostra que esses enfoques não foram, ainda, muito aplicados ao contexto brasileiro e menos ainda na Amazônia brasileira, que, no entanto, parece ser um campo particularmente interessante a sua implementação por vários motivos. Por um lado, pela amplitude dos problemas ecológicos e sociais em jogo, assim como pela rapidez das transformações em curso. Por outro lado, o contexto político-institucional permite não só considerar a aplicação deste tipo de enfoque mas, igualmente, de questionar quanto a sua aplicabilidade: as condições seriam favoráveis a uma participação das populações locais (frequentemente agricultores com uma situação fundiária legalmente precária) a uma co-gestão da natureza? Lembremos que não se trata, tão somente, do Brasil da Nova República, mas também de um país com tradição intelectual (Freire, 1987 – Ammann, 1992) e de um amplo "savoir faire" em desenvolvimento participativo e desenvolvimento de comunidades locais.

¹ Segundo Hatchuel & Moisdon (1995, pág. 21), uma organização é "um sistema de dispositivos implantados para "regular" uma atividade coletiva destinada a produzir um certo tipo de bens: produtos de consumo, produtos industriais, serviços, ou qualquer outra coisa" (tradução nossa).

A partir deste ponto de vista, estudaremos o projeto de desenvolvimento levado a cabo pelo LASAT² e denominado “Valorização e Manejo dos Recursos Madeireiros pela Agricultura Familiar” (ao qual nos referiremos daqui em diante como PDA)³. Mesmo que ainda recente (o trabalho de campo iniciou-se em maio de 1996), ele permitirá, através de análise de suas fases iniciais⁴ – consideradas entre as mais cruciais e reveladoras na pesquisa-ação (Goyet, 1992) – avaliar a exequibilidade da aplicação de enfoques em gestão concertada neste tipo de situação. É importante ressaltar que o projeto em questão não foi inspirado por este tipo de enfoque, e não procuramos avaliá-lo mas simplesmente utilizá-lo como “exemplo heurístico” na discussão dos limites destes enfoques. O texto ora apresentado dá continuidade a uma reflexão gerada em outros projetos de gestão coletiva de recursos naturais, o que é passível de verificação em artigos anteriormente publicados (Albaladejo *et al.*, 1997 – Monachesi & Albaladejo, 1997 – Albaladejo 1987 a. et b.). O projeto PDA é o meio que usamos para prolongar tal reflexão⁵ e a exemplificar no contexto da Amazônia Oriental.

Após a apresentação do projeto e das condições históricas de sua emergência enquanto produto da colaboração entre uma equipe de pesquisa-desenvolvimento e três Sindicatos de Trabalhadores Rurais da região de Marabá, trataremos, sucessivamente, dos também três pilares de uma gestão concertada, segundo a teoria das organizações: o conteúdo e a morfologia do “sistema de ação concreto” em questão; os saberes em gestão dos recursos que estão em jogo; as condições e a qualidade da deliberação entre atores a respeito desta gestão. Na conclusão retomaremos, transversalmente, os aspectos precedentes sob o ângulo da aprendizagem, sobretudo da aprendizagem organizacional, e discutiremos o interesse desse enfoque para a análise do exemplo exposto.

1. O contexto político e institucional de emergência do PDA

Os problemas ambientais na Amazônia Oriental são o alvo de múltiplas e diversas “traduções” (no sentido dado a esta palavra pelas teorias de Latour & Callon – Callon, 1989), sobretudo por atores que não se encontram, necessariamente, nos mesmos lugares do debate, mas que estão, ao menos alguns dentre eles, envolvidos em relações de força, tendo a questão agrária como pano de fundo:

² LASAT: Laboratório Sócio-Agrônomo do Tocantins, equipe de pesquisa-desenvolvimento sediada em Marabá e associada ao Núcleo de Estudos Integrados sobre a Agricultura Familiar (NEAF) da Universidade Federal do Pará (UFPA).

³ Financiado pelo Ministério do Meio Ambiente, Recursos Hídricos e da Amazônia Legal com recursos do Programa Piloto para a Conservação das Florestas Tropicais do Brasil, dentro da linha “Projetos Demonstrativos para a Amazônia” (PDA). Este tipo de projeto tem por objetivo promover uma utilização duradoura dos recursos florestais na Amazônia.

⁴ O presente texto foi escrito em março de 97.

⁵ Pesquisa realizada no âmbito do projeto Prométer do CNRS-EVS, comitê SEAH e do projeto Comunitar do CNPq.

- o Ministério do Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Amazônia Legal, e o Estado Federal de maneira geral;
- a imprensa;
- as instituições de pesquisa (brasileiras e estrangeiras);
- diferentes organizações não governamentais (ONG's);
- os sindicatos de trabalhadores rurais⁶;
- os grandes proprietários de terra; etc.

Em Marabá (sudeste do Estado do Pará) o LASAT e 6 Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR's) da região, reunidos em uma fundação (a FATA – Fundação Agrária do Tocantins-Araguaia) trabalham juntos desde 1989. Uma particularidade importante, a ser considerada neste artigo, é que o trabalho desenvolvido pela equipe de pesquisa-desenvolvimento abrange a atividade agropecuária vista em suas dimensões técnicas e sociais, a par das questões relativas a conflitos agrários. Com efeito, as questões relativas à finalidade e às competências da FATA e do LASAT dizem respeito à emergência da profissão de agricultor nas condições da agricultura familiar amazônica. Verifica-se, então, por um lado, certa evolução nas funções dos sindicatos (ou melhor, de uma direção na evolução) e, por outro, de um esforço de caracterização e de normalização da profissão. Trata-se de reconhecer-se e de se fazer reconhecer como agricultor, o que comporta as três dimensões distinguidas por Descolonges (1996, pág. 239): uma participação à produção, à invenção técnica e uma inserção funcional clara na sociedade. Esta situação está relacionada com o esforço de normalização das intervenções sobre a natureza, centro das preocupações do PDA.

A idéia central do projeto é mostrar a exeqüibilidade técnica, econômica e social de uma gestão duradoura de uma parte da cobertura florestal original de lotes de agricultores, a qual está ligada à valorização, através do beneficiamento local e da venda, da madeira retirada da floresta. Por trás deste objetivo está presente a intenção de alimentar, pela experiência do projeto, a reflexão dos agricultores e suas organizações (principalmente os STR's) sobre a gestão dos recursos florestais (e mais precisamente da madeira) e, através dessas organizações, influenciar as políticas que tratam da sua gestão (ou melhor dizendo a ausência de políticas...) a nível municipal ou mesmo do estado do Pará.

⁶ Estes sindicatos são organizações representativas dos "pequenos" proprietários, posseiros e trabalhadores rurais sem terra. Há um único sindicato por município.

O projeto, na sua forma atual, nasceu de uma proposta, feita pelo LASAT aos STR's, de organizar uma ação-teste⁷ de comercialização de madeira retirada de lotes de agricultores. Após vários anos de discussão (por vezes bastante polêmica), foi decidida a implementação da ação em uma única localidade. O teste demonstrou a possibilidade de ganhos importantes com a venda direta de madeira extraída de lotes de agricultores (Muchagata *et al.*, 1996). A partir dessa primeira experiência o presente projeto foi elaborado em resposta a um edital do Programa Piloto para a Conservação das Florestas Tropicais do Brasil.

Surgiu, assim, com uma dimensão comercial importante (beneficiamento leve no local de extração e venda no mercado de Marabá) e uma dimensão "gestão da floresta" que, apesar de existir na proposta inicial, havia sido voluntariamente colocada em segundo plano nas discussões subseqüentes de maneira a mostrar aos agricultores que ela não seria prejudicial a seus interesses econômicos na operação. Em função das características do edital do Programa Piloto ao qual o projeto pretendia responder e do interesse das instituições que o financiam (principalmente a diminuição do ritmo do desmatamento na Amazônia), a dimensão "gestão da floresta" foi novamente colocada em primeiro plano. O PDA chegou, assim, a sua forma final como um projeto de gestão da floresta e de valorização dos produtos madeireiros.

Concretamente, pretende trabalhar com grupos de 10 a 20 agricultores em 3 localidades da região de Marabá e prevê as seguintes etapas:

- 1) escolha, dentro do lote de cada agricultor participante, de uma superfície que será considerada como reserva florestal (em geral de aproximadamente 10% da superfície do lote⁸);
- 2) realização de um inventário florestal e elaboração de um plano de manejo cobrindo o conjunto das superfícies de reserva florestal em cada localidade;
- 3) corte (segundo o plano preestabelecido), beneficiamento e venda da madeira. Estas duas últimas etapas consistem na produção de pranchas na localidade (utilizando-se uma serraria móvel), as quais serão vendidas em Marabá, assim como o aproveitamento de sobras da fabricação de pranchas ou de madeira de menor qualidade para a fabricação local de artigos de uso doméstico ou de ferramentas agrícolas (utilizando-se um pequeno equipamento de marcenaria).

⁷ Uma ação de desenvolvimento concreta, mas em escala limitada (Muchagata *et al.*, 1996).

⁸ Os lotes de agricultores nesta região variam em geral entre 50 e 100 ha.

Em março de 1997, o PDA já havia realizado a maior parte das atividades das etapas 1 e 2 em uma das localidades escolhidas, Sítio Novo e prepara-se para começar o corte das árvores.

A prioridade atribuída pelo projeto à gestão da floresta, introduziu as dimensões territorial e coletiva que, pouco ou nada, figuravam na proposta inicial do LASAT. A dimensão coletiva, presente na proposta inicial sob a forma de trabalho dos participantes para a realização das atividades e a comercialização em conjunto, foi muito reforçada. No atual projeto, as superfícies de reserva florestal em cada um dos lotes devem ser exploradas conjuntamente: trabalho em grupo e repartição dos produtos (ou seja, a cada ano a reserva florestal de um lote será explorada conjuntamente pelo grupo e o produto repartido entre todos). Esta dimensão coletiva assume uma importância capital (e traz riscos igualmente grandes): o projeto pode fracassar em uma localidade pelo abandono de um membro do grupo, pela venda de um lote, ou por desacordos entre seus membros. Note-se, também, que o projeto pode interferir de maneira importante nos planos dos agricultores e suas famílias, os quais, freqüentemente, levam em conta, nesta região de frente pioneira, a possibilidade de migração (e onde a fragilidade de sua situação, face aos imprevistos, muitas vezes leva à venda da terra e à migração). Por outro lado, as superfícies de reserva florestal "cedidas" ao projeto podem, eventualmente, tornar-se o embrião de um "bem comum" (Boltanski & Thévenot, 1991), através de mecanismos de ligação pela dívida de cada um para com o grupo.

A dimensão territorial local estava ausente das discussões anteriores ao atual projeto. Ela decorre da necessidade (técnica) de contigüidade das superfícies de reserva florestal dos diferentes lotes (em função da proteção contra o fogo, conservação de fontes de água, reprodução de espécies florestais etc.). Como veremos mais à frente, este critério técnico é susceptível a outros tipos de considerações.

Finalmente, há também uma dimensão espacial "individual", a qual diz respeito à gestão que cada agricultor faz de seu lote. A exigência de uma reserva florestal⁹ implica em uma diminuição da área de que dispõe o agricultor para o plantio de suas roças. Também influi nos projetos dos agricultores em relação a seus lotes e em sua lógica de utilização do espaço.

As dimensões territoriais e coletivas do projeto (contrariamente à proposta inicial de simples valorização da madeira) haviam sido pouco discutidas até o atual estágio de implantação do projeto, seja nos STR's, seja nas localidades onde o projeto será implementado.

⁹ Segundo a lei brasileira (1997), os estabelecimentos agropecuários na Amazônia devem conservar ao menos 50% de sua superfície sob a cobertura vegetal original. Na prática esta lei é, em geral, ignorada.

Na verdade, estão sendo discutidas "caso por caso", na medida em que as primeiras etapas do projeto são executadas (e talvez fosse impossível fazê-lo de uma outra maneira). De qualquer forma, esta situação leva a compromissos entre a equipe de execução do projeto e os grupos locais de agricultores, os quais discutiremos mais à frente. Por exemplo, a contigüidade das reservas florestais pode, por vezes, ser sacrificada em função de considerações de ordem prática como a localização das áreas ainda sob floresta primária em cada lote, mas também segundo o funcionamento do grupo local de agricultores. Desse modo, o projeto pode ter entre seus participantes agricultores cujos lotes se localizam a vários quilômetros de distância uns dos outros, mas que contam com a confiança do grupo de agricultores que participam no projeto. Por outro lado, lotes contíguos com grandes superfícies de floresta primária podem ser excluídos do projeto porque seus proprietários ou ocupantes não fazem parte do "grupo natural".



Figura 1 - Os elementos de base de uma gestão concertada dos recursos naturais

Analisaremos, então, o PDA sob o ângulo do sistema social ou dos objetos sociais em questão, dos saberes e de seus objetos e, finalmente, da deliberação social ou da formação de discursos dominantes sobre os saberes (figura 1).

Estes três elementos-chave são atravessados pelo tempo e devem ser vistos em sua dinâmica, ou seja: a história e os aprendizados. A história é indissociável da apresentação dos objetos sociais, dos saberes e das formas de deliberação e será, então, abordada conjuntamente a estes temas. A dimensão do aprendizado será tratada à parte, em um capítulo próprio.

2. O sistema de ação concreto

O concertamento para a gestão dos recursos naturais se faz, supostamente, no sentido de um “sistema de ação concreto”, segundo a definição que lhe dão Crozier & Friedberg (1982, pág. 241-245), o que pressupõe a existência de um objetivo ou interesse claramente identificável e reconhecido pelos indivíduos e organizações que se constituem em atores, segundo regras compartilhadas por todos. Para Friedberg (1993:109), “um sistema de ação concreto é uma estrutura de ação coletiva através da qual estão “organizados” os espaços de ação ou seja são construídos e perpetuados os ordenamentos locais com os quais os atores logram estabilizar, provisoriamente, suas negociações e interações estratégicas”. Este sistema pode ser resumido pela fórmula “atores – estratégias – recursos”. Evidentemente, como bem o notam Albaladejo *et al.* (1997), é necessário acompanhar esta definição de uma postura construtivista tornando inseparável a existência do objeto de pesquisa da escolha do enfoque pelo pesquisador (Von Glaserfeld, 1988). Anote-se, entretanto, que o LASAT tem a intenção de fazer existir e funcionar este sistema de ação, mesmo que seja evidente que, de início, é unicamente uma construção teórica da Pesquisa. Aliás, não se poderia esperar que a Pesquisa fizesse surgir um objeto social que não fosse potencialmente viável: as modalidades de participação das organizações e dos agentes sociais que o compõem, assim como as regras que o regem, não preexistem às relações sociais; elas devem ser produzidas pelas relações sociais. Supõe-se, então, que as condições sociais permitem a emergência deste sistema de ação. No entanto, não basta que ele exista, é preciso também que a composição e a repartição do poder, dos saberes e das competências em seu interior sejam suficientemente equilibradas de maneira a permitir a produção de uma representação correta dos interesses e do problema, assim como uma deliberação eficaz e justa

2.1. Um sistema em duplo funil...

Este sistema de ação congrega, atualmente, os indivíduos e organizações, abaixo discriminados:

- o LASAT;
- os três Sindicatos de Trabalhadores Rurais;
- o Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal;
- os indivíduos ou organizações locais informais cujos contornos exatos não conhecemos - de onde a importância do trabalho de pesquisa visando identificá-los e caracterizar seu funcionamento, especialmente em relação aos agentes e organizações exteriores às localidades onde atua o projeto.

De qualquer maneira, os sistemas de ação são quase que construídos em torno de objetos sociais que, supostamente, existem a nível das localidades onde o projeto pretende atuar. É a nível local que se deve realizar a gestão efetiva da floresta, onde as decisões são debatidas nos seus aspectos práticos e colocadas em execução. Poder-se-ia dizer que as localidades constituem, desta maneira, o quadro social e institucional de concepção e concretização de um "projeto territorial" (Kayser *et al.*, 1994).

A localidade é tão importante no sistema de ação que ela o marca com um tipo de morfologia "em duplo funil" que não é dos mais favoráveis a um funcionamento democrático ou mesmo, simplesmente, a uma circulação mais eficaz da informação. De fato, encontramos, do ponto de vista da Pesquisa e mesmo mais globalmente do Estado, o que Dubost (1987, pág. 127) denomina os "porteiros do campo": líderes locais que controlam o acesso aos grupos de agricultores. Em nosso caso, trata-se na verdade de uma cadeia de porteiros, passando pelo LASAT, as organizações sindicais e chegando finalmente aos líderes locais que a eles são ligados em maior ou menor medida.

Da mesma maneira, o acesso pelos habitantes das localidades envolvidas ao "projeto" e aos recursos que ele aporta (dinheiro, poder, prestígio...) é controlado por essas lideranças. Esta situação, apesar das aspirações e do espírito do projeto, é contraditória com sua dimensão territorial. Quando olhamos a partir do outro lado do funil, do lado dos agricultores, encontramos uma cadeia de indivíduos e de organizações fazendo o papel do que Olivier de Sardan (1995, pág. 159-164) denomina "corretores do desenvolvimento", ou seja, atores que servem como intermediários na captação de recursos. É uma situação que produz uma configuração do sistema de ação de um tipo singular, a qual é representada na figura 2.



Figura 2 - A configuração inicial do sistema de ação

Algumas considerações são necessárias:

1- Trata-se de uma configuração de “partida” do projeto, passível de evolução. É o que acontece, por exemplo, com o estabelecimento de relações diretas entre os membros do LASAT e os habitantes das localidades em função do trabalho de campo.

2- Esta estrutura, em ampulheta, manter-se-á enquanto os diferentes atores procurarem utilizar sua posição, no fluxo de informações, como um elemento de poder. Em certos casos, a posição na figura pode causar problemas se a maneira como os indivíduos ou organizações se constituíram em atores (em relação ao PDA) é devida, justamente, a sua posição na estrutura... Nesse caso, uma mudança de configuração pode significar o seu desaparecimento da cena do PDA (ou um enfraquecimento de seu papel) enquanto atores, o que pode explicar algumas resistências...

As três localidades que participam do projeto situam-se em municípios diferentes e, assim, dependem de três Sindicatos de Trabalhadores Rurais diferentes: a escolha das localidades para integrar o projeto foi feita por eles. Cada STR tem um representante (em geral originário da localidade escolhida) junto ao projeto: o conjunto destes, e mais um membro do LASAT, formam um comitê de pilotagem, encarregado de tomar as decisões mais importantes em relação a sua implementação. Por esses representantes passam, então, uma boa parte dos fluxos de informação entre o LASAT e os Sindicatos e as localidades, o que pode levar a problemas devidos à utilização desta posição intermediária para a obtenção de vantagens diversas (materiais ou simbólicas). Um exemplo de situação deste

tipo ocorreu na localidade de Josinópolis (bastante distante e de difícil acesso), onde o representante do STR e as dificuldades de comunicação direta com o LASAT criaram uma expectativa, em relação aos benefícios que o projeto traria, que não poderia ser atendida integralmente, levando assim a uma crise nas relações dessa localidade com o LASAT e o STR.

2.2. Qual é a legitimidade social e sociológica do sistema de ação delimitado?

Seria mais adequado falar de "organização com contornos mal definidos" ou de sistema de ação com contornos mal definidos. Por um lado novos atores podem ser convocados a participar (foi o caso do IMAZON¹⁰, que prestou assessoria técnica para a concepção dos planos de manejo das áreas de reserva florestal) ou, ainda, outros atores podem aparecer em função da própria dinâmica iniciada pelo PDA (poderíamos, por exemplo, imaginar que as associações locais informais de gestão da floresta poderiam afirmar-se fora do quadro institucional dos STR's). Aliás, nem todas as organizações e indivíduos, que consideramos como fazendo parte do sistema de ação, se constituíram em atores efetivos. Alguns nem têm um conhecimento claro do campo em questão (este é o caso, por exemplo, de numerosos agricultores que estão formalmente inscritos no projeto...). Assim, parece-nos mais apropriado falar de *sistema de ação com contornos mal definidos*, esta indefinição não se devendo a uma limitação do enfoque utilizado ou a um problema na implementação do projeto: ela faz parte da própria natureza do sistema.

Além do mais, não podemos esquecer que esse sistema de ação se insere na estrutura e na tradição políticas do Brasil. Se assim não fosse, por que as grandes fazendas vizinhas estariam curiosamente ausentes do mesmo, quando elas têm um papel evidente na gestão do meio ambiente que estudamos? Certamente não se trata de esquecimento. Sabemos que Sítio Novo, por exemplo, está cercado de fazendas ainda em boa parte cobertas por floresta primária, e que estas são uma fonte de trabalho importante para vários agricultores e seus filhos. A caça, fonte considerável de proteína animal, em Sítio Novo, é praticada por seus agricultores, indistintamente, em suas terras ou nas fazendas. O que aconteceria de um ponto de vista sócio-econômico e ambiental se as fazendas das redondezas fossem totalmente desmatadas?

¹⁰ Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia, sediado em Belém.

É importante ter em mente que os indivíduos e as instituições e associações “convocadas” para participar neste projeto não formam, necessariamente, um objeto sociológico, e que esta parcela do espaço social reunida pela figura do “projeto” não contém em seu interior, de modo obrigatório, uma dimensão coerente da questão que se deseja tratar, qual seja a gestão social da natureza na Amazônia. Neste último caso, é a própria legitimidade social do objeto heteróclito, que se tenta constituir, que é questionada.

Assim, esse sistema de ação de contornos mal definidos tem valor, unicamente, como uma direção de análise, permitindo guiar a ação no meio real e, sobretudo, analisá-la, além de manter um discurso sobre a mesma junto aos atores sociais. Ele serve, principalmente, como uma ferramenta para evidenciar as diferenças entre uma utopia social almejada e a realidade. Esse comportamento consideraria, então, a sociologia das organizações mais como uma “caixa de ferramentas” do que como um verdadeiro enfoque sob o qual analisar os processos e objetos sociológicos em questão: o contexto social devendo, então, ser colocado e estudado por enfoques mais globais.

2.3. A ação ambiental, o laço social local e as lutas agrárias

Um terceiro aspecto refere-se à natureza das relações sociais existentes entre os indivíduos e organizações incluídos no sistema de ação delimitado.

2.3.1. As categorias da ação em jogo no projeto PDA

Poderíamos ver o PDA como um encaixe de diferentes níveis de ações relativas à gestão de recursos naturais. Em seus respectivos lotes, os agricultores são obrigados a, constantemente, renovar suas regras de ação em função dos imponderáveis de sua atividade e da acumulação das conseqüências de suas decisões anteriores ou dos efeitos das limitações a que estão submetidos. Esses ajustes são realizados a nível individual ou dentro de pequenos grupos de trabalho familiares. Justapõem-se a nível de uma localidade como Sítio Novo, ao invés de coordenarem-se, pois não há discussões sistemáticas visando explicitar aos outros os planos de cada um (exceto no caso de certas derrubadas e queimadas que poderiam causar prejuízos aos vizinhos). Trata-se então, segundo a nomenclatura de Livet & Thévenot (1994), de uma **ação a vários** (“action à plusieurs”) em relação ao PDA.

Ora, podemos considerar que existe “regra de ação” unicamente quando um tipo de ação é declarado a outrem, que é, então, supostamente, capaz de interpretá-la (ainda que declará-los não signifique forçosamente explicitar as intenções de seus atos). A vontade de correção intersubjetiva dos efeitos das próprias ações sobre outras pessoas transforma uma ação a vários em uma **ação comum** (“action commune”).

As reuniões do PDA nas localidades introduzem a ação comum em relação ao meio ambiente. Com efeito, elas têm por objetivo ajustar localmente as ações de uns e outros sobre uma pequena área recobrando vários lotes. Por exemplo, na escolha das famílias para participar no projeto em Sítio Novo, o critério técnico “escolher lotes contíguos” foi modificado em função das posições do grupo local ligado ao STR. Lotes contíguos foram excluídos do projeto, e lotes situados a vários quilômetros foram incluídos, em função de critérios de participação ou não a este grupo (e então de confiança etc.). Poderíamos multiplicar os exemplos relativos, principalmente, à utilização de equipamentos comprados pelo projeto. Muitos agricultores consideram “injusto” não se poder serrar castanheiras caídas já há vários anos, prática corriqueira dos madeireiros da região (mesmo que a derrubada desta árvore e venda de sua madeira seja proibida), ou o não aproveitamento de árvores já derrubadas dentro da roça do ano, as quais de qualquer maneira vão ser destruídas pela queimada... Após discussões com a equipe do projeto, tais exigências foram objeto de ajustes nas ações dos agricultores, queremos crer com o objetivo de evitar o “afundamento” do projeto.

Pressupõe-se, então, no PDA que a localidade é, potencialmente, o local onde tais ajustes pelo diálogo são realizados e, assim, é necessário recortar não somente um território contínuo que faça sentido em termos ecológicos para a preservação de certas características ambientais, mas igualmente um território delimitando um conjunto social funcional em termos de compreensão recíproca e de ajuste da ação pelo diálogo.

Por outro lado, um outro nível de ação comum implementado em relação ao PDA é o das interações entre sindicalistas e membros do LASAT “portadores de projetos”. Esse nível foi, não somente muito ativo, mas igualmente de grande importância para se decidir sobre as ações a levar a cabo. A implementação do projeto, assumida cotidianamente por um membro do LASAT, é acompanhada por um comitê composto por esse gerente e os representantes dos três STR’s participantes. Esse comitê é informado sobre as atividades em execução e sobre os problemas existentes, toma as decisões necessárias e pode modificar o curso de certas ações empreendidas pelo gerente. Por exemplo, a compra do principal equipamento do projeto, uma serralha móvel de segunda mão, foi feita várias semanas após o previsto, tendo sido retardada até que os representantes dos STR’s pudessem participar diretamente na compra. Aliás, a serralha que havia sido originalmente escolhida pelo gerente não foi comprada.

Mas o nível de ação que é almejado no PDA e que é esperado pelo Ministério do Meio Ambiente, é o da **ação conjunta** (“action ensemble”).

A esse nível, a ação não é mais localizada: “Na ação conjunta, não se dispõe necessariamente das informações que fornece uma história anterior de ação comum, e se pode não conhecer as pessoas implicadas” (Livet & Thévenot, 1994, pág. 160, tradução nossa). O dispositivo que deve permitir alcançar este nível de concepção da ação é a escolha de três localidades nas áreas de STR’s diferentes, correndo-se, no entanto, o risco de confundir ação comum generalizada e ação conjunta, pois as discussões entre os 3 STR’s e o LASAT, assim como, a um certo nível, entre as 3 localidades envolvidas, são relativamente fortes e contribuem em parte a tornar contingentes as formas de compromisso encontradas.

2.3.2. Estratégias cotidianas e relações de força não totalmente articuláveis com as estratégias de organização

O funcionamento das localidades não responde, exatamente, às categorias da sociologia das organizações. O laço social local não contém nenhum cálculo consciente; trata-se de ações práticas que, pela sua própria natureza, não se podem erigir em princípios explícitos (Bourdieu, 1980). As práticas sociais em questão, nas localidades, são saídas de histórias incorporadas que começaram bem antes da chegada dessas famílias no Pará, no Maranhão, Piauí etc. Este ponto merece atenção pois, em função da maneira como é construído nosso sistema de ação, a partir da “localidade”, este tipo de relação social encontra-se plenamente incluído em nosso objeto de pesquisa. Especialmente os “habitus” (segundo a definição que lhe dá Bourdieu), baseados em grande parte sobre as experiências passadas dos indivíduos, mesmo se podem evoluir, estão à mercê da percepção e da apreciação de toda experiência ulterior; ou seja, a experiência nova do PDA será reconstruída nas localidades a partir das histórias sociais dos indivíduos. Este é um ponto de importância quando se pretende produzir novas relações sociais entre as pessoas, especialmente para que a Pesquisa não se desencoraje rapidamente ou, ao menos, não se surpreenda com certas dificuldades.

Pode ocorrer, de maneira expressiva, uma reprodução das relações de dominação (por exemplo paternalistas), vividas anteriormente e principalmente no Maranhão, no que diz respeito a nosso projeto. Essas relações de dominação podem ser exercidas por comerciantes, por líderes locais, por sindicalistas ou por pesquisadores (ver a análise proposta por D’Incao & Roy, 1995), e podem aparecer entre o dono de um lote e seus “moradores”. Elas se traduzem, também, pela circunstância do não acesso à “cidadania”, e uma de suas características é a dificuldade de manter relações com os poderes públicos, assim como com o “exterior” em geral.

Um exemplo é a dificuldade para um agricultor “da base” em obter informações importantes no que toca à atividade agrícola (sobre as linhas de crédito, por exemplo), e em interpretar as informações obtidas. Esse papel de obtenção e de interpretação de informações é, freqüentemente, assumido por líderes locais e/ou por sindicalistas. Eles o fazem, também, quando introduzem e “avalizam” projetos vindos de ONG’s, como no caso do PDA. Assim fazendo sentem-se seguros: o “estranho” (Martins, 1993) não veio para ludibriá-los.

Entretanto, não são apenas os agricultores que têm atrás de si uma história social e cultural: este é o caso igualmente dos pesquisadores e dos sindicalistas. Este aspecto sociológico se instala, fortuitamente, no campo do PDA de maneira diferenciada dos “habitus” presentes nos laços sociais locais: insinua-se através da questão das lutas agrárias (Hébette, 1991; Martins, 1986). Não se pode esquecer que o PDA coloca em relacionamento o Poder Público e os agricultores da frente pioneira da Amazônia Oriental, e que estes dois atores têm, nessa região em particular, um longo e bem vivo histórico de oposição (convém lembrar da chacina de Eldorado do Carajás em 1996). Certos atores, como notávamos mais acima, brilham por sua ausência no sistema de ação (os fazendeiros e também os madeireiros), o que se explica por a uma visão da sociedade que vai mais além daquela proporcionada pela sociologia das organizações. Não poder levar em conta este contexto, sem necessariamente termos que explicá-lo, torna extremamente aleatório, e mesmo tendencioso, qualquer trabalho em termos de ciências sociais no interior de objetos sociais de menor amplitude.

Nos debates entre o LASAT e os STR’s, anteriores à elaboração do projeto, uma das maiores resistências dos últimos em participar era o fato de que o projeto “mexe com madeira”. Participar do projeto e, então, “mexer com madeira”, aproximaria os STR’s (ou sua imagem) dos madeireiros, ou seja, dos exploradores dos agricultores e destruidores da natureza, enquanto os STR’s cultivam, ao contrário, um discurso (para os poderes públicos e a sociedade civil) de defensores da natureza.

3. Na direção de um bem comum?

Mas qual é o objeto dos interesses desse sistema de ação “potencial”? Busca-se uma resposta satisfatória a esse questionamento. O objeto “oficial” é a gestão das áreas de floresta primária nas localidades de agricultura familiar mas, na verdade, os interesses são diferenciados de um para outro dos atores envolvidos. Para alguns, trata-se de ganhar dinheiro com essa gestão, enquanto para outros o objetivo é constituir uma reputação ou mesmo desenvolver meios de controle da degradação dos recursos naturais.

O Ministério do Meio Ambiente declara estar preocupado, sobretudo, com a preservação da natureza, ou seja, em diminuir (ou ao menos mostrar que ele tenta fazê-lo) o ritmo de desmatamento na Amazônia. O LASAT quer demonstrar (aos poderes públicos e a outras instituições trabalhando no mesmo campo) sua capacidade de executar projetos de desenvolvimento que, efetivamente, melhorariam as condições de vida dos agricultores. Para os sindicatos e seus líderes trata-se de obter um reconhecimento de seu trabalho ("mostrar serviço") em favor das localidades de agricultores familiares, que pode traduzir-se em prestígio e apoio político a nível da instituição sindical e além. Finalmente, para os agricultores, que se encontram na "base" do projeto, trata-se, de melhorar sobremaneira, suas condições de existência, o que pode ser conseguido de várias maneiras: pelo ganho em dinheiro (com a venda das pranchas de madeira); pela fabricação de ferramentas agrícolas e domésticas (ou pela construção de casas de madeira); pelo emprego e qualificação da mão-de-obra dos jovens¹¹, especialmente na utilização dos equipamentos do projeto (serraria, marcenaria, trator, ...). Evidentemente, também existem ganhos indiretos, como por exemplo, poder dispor, freqüentemente, de transporte gratuito nos carros trabalhando para o projeto, ou simplesmente um melhor acesso ao "mundo exterior" pelo contato freqüente com sindicalistas e com a equipe do projeto. Eugène Enriquez (1997) faz observar que a análise estratégica, ainda que consiga superar as visões funcionalistas ou racionalistas das organizações, minimiza o tecido de sentimentos, desejos, pulsões de morte que fazem parte do jogo social (e dos riscos que correm os indivíduos) que acontece dentro delas. É só observar o forte envolvimento dos pesquisadores participantes, as implicações pessoais na vida íntima dos mesmos, para entender que a abordagem, em termos estratégicos, alija uma parte essencial do jogo social, espontaneamente pouco aparente.

Mas voltando a ela, facilmente podemos constatar que os objetos em jogo são diferentes para os diferentes atores e, nem sempre, de maneira explícita. O que interliga então, todo esse pessoal e faz pensar ser possível alguma construção comum de acordos? A sociologia das "convenções" pode tentar identificar o que pode ser para os protagonistas um princípio superior comum, um bem comum. O "bem comum local", relativamente simples, poderia ser representado, ao final, pelo projeto ele mesmo, para o sucesso almejado por todos que nele trabalham (ou ao menos para evitar seu fracasso).

¹¹ Esta qualificação, e a possibilidade de conseguir uma ocupação especializada (e melhor remunerada) na própria localidade pode ser um fator importante para evitar o êxodo de jovens, em geral expulsos pela ausência de empregos e a dificuldade em se obter terra nas proximidades de áreas de colonização mais antiga.

Aparentemente, há um interesse geral na consecução do projeto, na medida em que ele é percebido como tendo potencial para alcançar os objetivos de cada ator. Se há realmente um bem comum transcendente aos interesses dos indivíduos (ou um bem comum potencial), trata-se do bem-estar dos agricultores, e não da preservação da floresta (mesmo que ela esteja inserida no âmago do projeto).

Este fato tendo sido exposto, resta que o objeto que se procura atingir administra os modos de utilização da natureza. A primeira questão que podemos colocar a este respeito é se, realmente, existe uma gestão efetiva anterior e gestões intencionais (Mermet, 1992). A intenção (do projeto) é de trabalhar por uma normalização das práticas de gestão florestal e, talvez, mais amplamente, de gestão do espaço (da localidade). Com efeito, como seria possível avaliar, conjuntamente, as gestões locais e regulá-las através de acordos se as atividades não estivessem ao menos em parte especificadas e normalizadas? O trabalho de normalização trata, então, dos saberes locais e externos que são mobilizados na gestão da natureza.

3.1. Na direção de um processo de construção de um objeto comum?

Como descrito por Veiga & Albaladejo (Veiga & Albaladejo, 1997), os agricultores da região representam o espaço de seus lotes como um conjunto de coberturas vegetais com diferentes características e que podem ser mobilizadas para a produção (roças), segundo planos mais ou menos definidos anteriormente, mas sujeitos a uma influência muito forte das circunstâncias (em termos de condições ecológicas, econômicas, disponibilidade de mão-de-obra, imprevistos de diversas naturezas etc.) no momento de sua implementação. Caracterizamos essa gestão como baseada em uma lógica de "bricolage" (no sentido que dá a este termo Lévi-Strauss, 1962).

As áreas de floresta primária, mesmo que tenham um papel especial enquanto reservas de "fertilidade", não podendo ser reproduzidas a curto prazo, não são consideradas com um elemento isolado dos outros tipos de cobertura vegetal, e não são submetidas a regras de utilização diferentes. Ora, é exatamente sobre esta base que se calca o projeto, criando uma área de reserva florestal (por vezes de tamanho razoável) sujeita a regras próprias (e definidas, em grande parte, externamente à localidade), diferente das demais coberturas vegetais. Esta transformação de uma parte da floresta de seu lote em um bem, sob controle do grupo de agricultores (e do projeto) pode levar, apesar da boa fé dos agricultores implicados, a tensões dentro do grupo local e com o projeto¹².

¹² Uma outra fonte de tensão dentro do grupo, e que mostra o quanto a normalização da gestão do espaço é um difícil processo de aprendizagem, é a própria avaliação que cada um faz de suas reservas de floresta primária. Por exemplo no Sítio Neco um dos participantes no projeto declarou poder "ceder" 10 ha dos 25 ha de floresta primária que ainda lhe restam. Uma simples olhada em imagens de satélite mostra que a área de floresta primária em questão é bem menor do que os 25 ha declarados. Estas disparidades são em grande parte devidas ao fato de que as áreas de floresta raramente são medidas, sendo calculadas pela diferença (do total suposto) do lote com as suas áreas já desmatadas. Outro tema de discussão é "o que cada um avalia que ainda é floresta...".

Seguindo a categorização proposta por Livet & Thévenot (1994), podemos distinguir três tipos de questionamentos no PDA, concernentes à gestão do espaço da localidade.

Os **objetos personalizados** são construídos cotidianamente no exercício da atividade agrícola por indivíduos ou pequenos grupos familiares de trabalho. *“Estes objetos emergem concomitantemente às dificuldades de um indivíduo nas suas tentativas para amansar um certo meio ou através das vicissitudes de uma ação comum na qual várias pessoas devem ajustar suas condutas. [...] Eles acedem dificilmente à linguagem da descrição porque eles não são denominados no discurso dos atores e ficam designados no modo de ostentação”* (Livet & Thévenot, 1994, págs. 158-159, tradução nossa). Estes objetos não são apreensíveis no PDA pois eles não são acessíveis a alguém *“que não tenha participado à história das correções mútuas no curso da qual foram dispostos seus marcos”* (Thévenot, 1990, pág. 54; tradução nossa). Os saberes em jogo são locais, não generalizáveis.

Os **objetos comuns**, “transferíveis de uma história a outra”, são muito mais raros nas localidades das quais nos ocupamos e ainda mais quando se trata da gestão da floresta. Eles aparecem, durante a realização do PDA, para definir, pelo diálogo, os critérios de seleção de áreas de floresta a serem incluídas no projeto e a maneira como elas deverão ser manejadas. São, em geral, elaborados a nível das localidades com vistas a definir regras *ad hoc* de ação. Surgem não só nas reuniões de definição das atividades, mas também no trabalho de seleção das árvores, inventário florestal feito em comum entre pesquisadores e agricultores, mas também na efetivação das diferentes etapas do projeto (instalação da serraria móvel etc.). A validade e até mesmo o sentido destes objetos, construídos dentro de um projeto singular, não ultrapassam os participantes ativos deste projeto e, mais precisamente, as situações de ação próprias advindas.

Os **objetos convencionais**, ou seja, os objetos não dependentes da contingência da ação, são justamente os que o LASAT e o Ministério do Meio Ambiente procuram estabelecer para outras localidades. Na fase em que acompanhamos o projeto, eles não existiam. Com efeito, as normas de utilização da floresta não são, ainda, discutidas com os agricultores, sendo-lhes, então, exteriores. Estes objetos deveriam ser elaborados a nível do sistema de ação, no seu conjunto, e daí porque o trabalho se realizou em três localidades diferentes, tentando compreender a ação e, quiçá, regras da ação independentemente da localidade, isto por meio de uma análise comparativa.

3.2. A gestão industrial e a “bricolage” da natureza são articuláveis e como?

Os “**lotes monstruosos**” – R. Linhart (1978) cita e analisa o exemplo da oficina “monstruosa” montada por um operário da fábrica de automóveis Citroën para ter um bom desempenho em suas atividades: uma dada situação industrial é, assim, perturbada, alterada, pela “bricolage” deste operário. As gestões que os agricultores fazem de seus lotes seriam também “monstruosas”?

É importante guardarmos as proporções nesta comparação. Na oficina do Sr. Demarcy, retocador em uma fábrica Citroën, impera uma lógica baseada no que denominamos “bricolage” no interior de uma fábrica, onde os objetos são, em grande parte, produzidos pela companhia proprietária. Em seu lote, o agricultor da frente pioneira da Amazônia Oriental realiza, igualmente, uma gestão do espaço que poderíamos caracterizar como “bricolage”, mas trabalhando sobre uma “matéria-prima” saída diretamente da natureza.

Bourdieu nos lembra que a prática não almeja imaginar o futuro explicitamente enquanto tal, dentro de um projeto ou plano, através de um ato consciente e deliberado da vontade: o “**habitus**”, porque alude ao futuro vinculado ao passado de que é o produto, temporaliza-se no próprio ato através do qual ele se realiza.” (1994, págs. 172-173, tradução nossa). “Os agentes sociais [...] não são [...] sujeitos frente a um objeto (ou, ainda menos, a um problema), que seria constituído enquanto tal, por um ato de conhecimento...” (1994, pág. 155, tradução nossa).

Isto significa que o PDA, por sua vontade de normalizar e, assim, de tornar conscientes uma parte dos saberes dos agricultores em relação à gestão do espaço, tende a transformar estes saberes radicalmente. No entanto, seria necessário que o diálogo (entre pesquisadores e agricultores) conseguisse superar a “**métis**” (Salmona, 1983), ou seja, a linguagem dupla aplicada pelos dominados para, por um lado, se comunicar com seus pares e, por outro, com os atores aos quais estão ligados por uma relação de dominação.

No PDA, encontramos os três níveis de conveniência da ação:

1. ajuste de objetos e de gestos na ação pessoal submetida à simples conveniência do agente;
2. coordenação hesitante com outros nas ações cotidianas compartilhadas no “conveniente ordinário”, ajuste pessoal, amigável, de comum acordo;
3. “convenções coletivas” com explicitação de normas comuns, o que supõe uma regulamentação formal (de preferência escrita).

Parece claro que o nível 3 não faz parte do campo da "bricolage", mas, então, até onde ele vai e como ele se articula com os níveis precedentes? O que também nos leva à questão de "como ele é estabelecido", especialmente, com ou sem os atores de base (os agricultores)? E o que significaria para eles esta participação, ao menos no início?

É necessário, igualmente, distinguir duas ordens de saberes, que se encontram em relação entre elas: os que tratam dos objetos e os que tratam das relações sociais. É evidente que, na localidade, as relações sociais são bem mais do que uma simples implementação de conveniências ordinárias da ordem cotidiana que seria devida à coexistência de pessoas em um mesmo espaço (E. Goffman, 1974). Trata-se de uma ordem social que tem razões históricas e sociais e que não pode ser explicada por simples ajustes locais. Não se pode, então, em hipótese alguma assimilá-la ao nível 2, e o nível 3 não faz sentido para ela.

3.3. O lugar do conhecimento científico nessa construção: instrumento de poder, especialista consultor, mestre de obra ou co-construtor?

Se não vem acompanhada de uma reflexão crítica, a participação do pesquisador a este tipo de projeto pode ensejar um sério problema ético e científico. *"...o método científico que permitiu um domínio cada vez mais eficaz da natureza veio também fornecer os conceitos puros e os instrumentos para uma dominação cada vez mais eficaz do homem sobre o homem pelo intermédio do domínio da natureza. [...] Atualmente a dominação se perpetua e se estende não somente graças à tecnologia mas enquanto tecnologia, e esta última fornece sua grande legitimação a um poder político que se expande e absorve em si todas as esferas da civilização."* (Marcuse citado por Habermas, 1973, pág. 235, tradução nossa). Neste caso, uma reflexão não crítica da Pesquisa poderia transmitir uma imagem que traria descrédito à causa dos agricultores familiares.

Habermas vê a ciência como instrumento de uma forma de legitimação de relações de dominação. No caso em foco, a ciência ajudaria o Estado a se legitimar junto aos agricultores para impor uma gestão moderada dos recursos naturais. Uma destas formas de dominação diz respeito à redução da dimensão **prática** e decisória das atividades humanas ante a autoridade e à transparência do modelo **técnico**: *"o núcleo da consciência tecnocrática é a eliminação da diferença entre a prática e a técnica"* (Habermas, 1973, tradução nossa). O risco da intervenção da ciência é reduzir todo problema prático, apesar de suas dimensões éticas e políticas, a um simples algoritmo técnico...

Encontramos na pesquisa-ação uma reflexão sobre o papel do científico nas situações de deliberação sobre mudanças que aparecem como vitais para as vidas e o trabalho dos interessados (Albaladejo & Casabianca, 1997 – Thiollent, 1996). Alguns autores (Funtowicz, 1993) até estimam que, nestas situações, a ciência “clássica” não é mais técnica e eticamente possível (salvo para diagnósticos pontuais). Uma atitude reflexiva faz parte da metodologia da pesquisa-ação, em particular uma auto-análise sobre as alianças e a própria estratégia social do pesquisador com os seus “parceiros”. Outra característica da pesquisa-ação é não ficar a serviço dos atores instituídos, que geralmente são os demandantes ou os aliados “institucionais” (como os sindicatos, no caso do PDA); ficar em “tensão” com eles, tentando dar a palavra aos “protagonistas ocultos”, ou seja, às pessoas que participam da situação de ação sem poder atuar. No caso do PDA, trata-se dos agricultores da base do projeto e também aqueles das localidades que foram descartados pelas lideranças locais ou que consideraram “que não é para eles”, mesmo estando dentro do perímetro florestal em questão. Tal implicação, que gera também tensões na legitimidade do científico, tanto em relação aos atores do projeto como em relação a seus colegas da comunidade científica, precisa, geralmente, de um análise externa feito por pesquisadores não participantes do projeto, o que não aconteceu em relação ao PDA. Implica também, como o afirma Dubost (1987), que seja claro e compartilhado para cada um dos participantes o objetivo de produzir conhecimentos não só para a situação singular de ação mas também para outros projetos assemelhados, em outros momentos e para outras localidades (objetos convencionais). Achamos que este ponto é, certamente, um dos menos debatidos do projeto, em particular nas suas implicâncias em termos de tempo de análise e de condições de realização do projeto: os pesquisadores são para quase todos os agricultores e mesmo os sindicalistas, uns técnicos a mais.

4. A qualidade e as condições de deliberação: seus participantes, conteúdo, forma e locais

O estabelecimento de um processo deliberativo, entre todos os parceiros na produção de mudanças, está no âmago do método: a intenção é evitar a transformação dos agricultores em simples instrumentos. E sabemos desde Elton Mayo que a transformação de operadores em instrumentos não tem eficácia operatória, mesmo que nos interessássemos unicamente pela rentabilidade (que era o caso da experiência com as operárias de Elton Mayo) (Dubost, 1987). Ora, no caso do PDA, os critérios para avaliação dos resultados são bem mais complexos.

Preferimos voltar-nos para as condições de estabelecimento de uma deliberação, ao invés de colocar o problema simplesmente em termos de “participação”.

É evidente que acumulou-se muita experiência, também, quanto a produção de objetos técnicos novos e dos saberes relativos a eles, e isto em contextos onde havia desequilíbrio de poder e de informação entre os agentes sociais envolvidos. Mas os enfoques participativos analisados em numerosos trabalhos de língua inglesa têm um ponto fraco na pouca consideração do contexto social e, sobretudo, político e institucional (Merril-Sands & Collion, 1993), e bem assim na ausência de análise das relações de poder (Nelson & Wright, 1997). Um mesmo conjunto metodológico seria capaz de produzir uma participação efetiva de toda a população (independentemente das diferentes posições sociais) e isto em qualquer contexto político e institucional. Por outro lado, não existe uma reflexão sobre em que etapas e em quais operações a participação da população seria indispensável ou desejável; na verdade, ela é considerada, implicitamente, nestes enfoques, útil em todos os momentos¹³.

A sociologia das organizações nos oferece um modo de apreensão mais abrangente das condições de estabelecimento de um diálogo a respeito da normalização de uma atividade qualquer. No entanto, é necessário levar em conta as condições, supostamente reunidas, para a aplicação deste tipo de enfoque. Boltanski & Thévenot (1991, pág. 27) excluem que a utilização dos recursos em questão repouse exclusivamente em relações sociais conduzidas pela dominação e pela força, e postulam a existência de um campo social de construção de uma “comum humanidade” a propósito de sua utilização.

Uma vez aceito este postulado (que, como vimos mais acima, é altamente passível de não concretização) é, então, possível estudar os modos de estabelecimento e confrontação de retóricas no interior de “pseudo-organizações” criadas pelos pesquisadores.

Impõe-se a seguinte questão: ocorre o estabelecimento de um compromisso, ou simplesmente de novas formas de dominação (ou ainda um reforço de velhas formas de dominação)?

4.1. A personificação das “dimensões” e a confiscação das “dimensões” do objeto.

Uma das primeiras dificuldades encontradas no PDA diz respeito ao postulado que distingue entre os estados das pessoas e as pessoas em si.

¹³ Se assim fosse os custos de transação momentariam consideravelmente em toda a cadeia de inovação, e tornam-se-iam rapidamente insuperáveis para o conjunto da organização, começando pelos agricultores.

Este postulado se encontra na origem da deliberação: *"A proibição, central no modelo, de uma ligação permanente dos estados de "dimensão" ("états de grandeur") às pessoas, leva a uma inquietude sobre a atribuição dos estados de "dimensão" e a uma avaliação recorrente de sua distribuição."* (Boltanski & Thévenot, 1991, pág. 29, nossa tradução e nosso grifo).

Ora, a cada "dimensão" em questão corresponde um indivíduo, ou mesmo uma organização, reivindicando sua ligação a esta "dimensão", por vezes em sua própria constituição como ator no campo do PDA que, em certas situações, se coloca como garantia do seu detentor. Não obstante, é preciso considerar nosso sistema de ação como em formação e ver as relações a estas "dimensões" na sua dinâmica.

– A "dimensão" doméstica. O mundo discursivo ("cité") deve estabelecer os princípios de justiça, entre famílias de agricultores, no que diz respeito ao acesso aos recursos naturais. É representada, principalmente, pelos líderes locais, eles mesmos ligados aos STR's (vide os modos de estruturação das relações dos grupos locais com o "exterior"). É o caso do Sr. Liço, na localidade de Sítio Novo.

– A "dimensão" cívica é representada pela Pesquisa em geral e, especialmente, pelo Ministério do Meio Ambiente.

– A "dimensão" industrial é, de uma certa maneira, convocada através da participação da EMBRAPA¹⁴ e do IMAZON. Estes organismos têm a capacidade de definir as qualidades industriais dos recursos e os critérios de seu "bom" uso técnico.

– A "dimensão" inspirada (no nosso exemplo – a religião) não está formalmente presente, mas é convocada através dos STR's e dos líderes locais (o "dirigente de comunidade" por exemplo). Ela estabelece os princípios e a retórica geral de justiça a respeito do acesso à terra pelos agricultores. Esta "dimensão" explica e é parcialmente, produzida pela importante ação da Igreja Católica. É amplamente mobilizada na justificação social da ocupação do espaço pelos agricultores e é, justamente, sobre este tema que o PDA tenta trabalhar.

– O único terreno de entendimento aparente: a "dimensão" mercantil... uma "dimensão" que parece a única capaz de se tornar o objeto de uma compreensão recíproca inicial (sem dúvida mais aparente do que imaginamos), mas que deve ser considerada como um primeiro passo (um "gancho") que se deve superar, rapidamente.

¹⁴ Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.

Com efeito, há um acordo geral sobre o interesse de serrar a madeira em pranchas nas localidades e vendê-las em Marabá. No entanto, este acordo mascara desacordos sobre como reembolsar as despesas de funcionamento e a depreciação dos equipamentos do projeto. Por um lado, os agricultores não estão acostumados com os cálculos econômicos que o projeto pretende fazer sobre os custos de produção e deduzindo-os dos ganhos obtidos. Em contrapartida, há também a prática de considerar-se os equipamentos trazidos ao "projeto" como doações que se utiliza até o fim de sua vida útil (por vezes consideravelmente encurtada pelas condições de manutenção), sem que se pense em sua substituição.

Um exemplo no Sítio Novo, exterior ao PDA, é a casa de farinha¹⁵ motorizada, comprada com recursos da prefeitura municipal (conseguidos pelo grupo local através do STR). Os habitantes da localidade podem utilizá-la simplesmente deixando uma porcentagem (10%) da farinha produzida em um caixa comum administrado por um agricultor. Uma vez vendida a farinha deste fundo comum, o dinheiro arrecadado é utilizado para a compra de gasolina e, quando necessário, de óleo lubrificante e peças sobressalentes. Quando ocorre um problema mais sério o motor fica parado até que o grupo local mobilize para realizar o conserto (às vezes solicitando que o STR ou a prefeitura municipal o pague), pois não há recursos suficientes, no fundo comum, para consertos mais importantes. Desnecessário dizer que não há nenhum fundo para a compra de um novo equipamento quando o atual terminar sua vida útil. É importante notar que a casa de farinha de Sítio Novo é relativamente bem administrada, se comparamos a de lá com outros equipamentos coletivos encontrados na região de Marabá. Poderíamos multiplicar os exemplos deste tipo. O fato de que no PDA os equipamentos são compartilhados (em rotação) por 3 localidades exacerba, ainda mais, este tipo de problema.

É preciso observar, sobre o prisma da dinâmica, a repartição desta "dimensão" que o PDA ele mesmo contribui a modificar sem, no entanto, haver ilusões sobre a rapidez e a profundidade das mudanças.

4.2. A fragmentação da deliberação

Um outro aspecto que convém analisar são os locais da deliberação. Ela ocorre em diferentes momentos e locais e, em cada ocasião, envolve unicamente alguns dos participantes no projeto.

Podemos identificar:

Em Belém, a Pesquisa setorial e a Pesquisa-desenvolvimento – as dimensões industriais do objeto.

¹⁵ Conjunto dos equipamentos utilizados para a produção de farinha de mandioca.

Em Brasília, o Ministério do Meio Ambiente e o LASAT – as dimensões cívicas.

Em Marabá, o LASAT e os STR's – as dimensões industriais do próprio projeto.

Nas localidades: Pesquisa, STR's e a população – A dimensão doméstica.

É evidente que esta fragmentação da deliberação faz com que não haja um real concertamento sobre a utilização do recurso em questão: a fragmentação é devida, em parte, à estruturação inicial do sistema de ação.

4.3. Uma possível interpretação estruturalista

Uma outra maneira de colocar a questão, acima suscitada e que alguns talvez tomarão como mais efetiva, consiste em admitir que essas falhas na deliberação, que assemelhamos a uma disfunção (e que pode ser, eventualmente, superada com uma boa dose de otimismo), sob o enfoque da teoria das organizações, são, na verdade, os motores das relações sociais.

O simples fato de se reunirem pesquisadores e agricultores conduz a fenômenos de violência simbólica. Surgem para aqueles numerosas armadilhas (em que é fácil e freqüente cair), para os primeiros¹⁶, que, no caso da gestão concertada de recursos naturais, estariam em total contradição com os postulados implícitos escolhidos. Não é dado apenas à pesquisa ter o poder neste sistema de ação. Todos podem esforçar-se em manipulá-lo, de maneira a exercer alguma forma de efetiva participação, conduzindo de maneira proveitosa a interlocução no debate onde é permitida a participação de todos e de cada um ainda que a violência simbólica anteveja ser o ponto de vista dos dominantes o aceito e reproduzido pelos dominados. É por isto que se deve considerar haver, certamente, produção de "métis" (Salmona, 1983) nessas "deliberações", e que ela é contraditória não somente com uma linguagem "transparente" mas também com o exercício de um discurso de ator. Aliás estas "métis" não constituem exclusividade da relação entre pesquisadores e agricultores e, certamente, devem existir entre agricultores e, sobretudo, quando os agricultores "da base" dialogam com representantes de organizações que eles não conhecem muito bem.

Na verdade, antes de ser um jogo, a relação com a natureza convoca diversos campos sociais, *"universos sociais relativamente autônomos [...] onde profissionais da produção simbólica se afrontam, em lutas que têm por prêmio a imposição dos princípios legítimos de visão e de divisão do mundo real e do mundo social"* (Bourdieu, 1994, pág. 91, nossa tradução),

¹⁶Um dos efeitos da violência simbólica é a transfiguração das relações de dominação e de submissão em relações afetivas, a transformação do poder em carisma ou em charme próprio a suscitar um encantamento afetivo (por exemplo nas relações entre patrões e secretárias). O reconhecimento da dívida torna-se reconhecimento, sentimento duradouro em relação ao autor do ato generoso, o qual pode chegar até à afeição, ao amor, como observamos particularmente bem nas relações entre gerações." (Bourdieu, 1994, pág. 189, nossa tradução).

e seria preciso, sem dúvida, começar por analisar as relações entre agentes participando ao sistema de ação como geradas ou referidas a campos que devem ser definidos (produção de conhecimento, lutas agrárias, religiosas etc.).

Conclusão: um processo de aprendizado?

Em outra oportunidade, mostramos a importância de refletir sobre as condições sociais de aplicação das abordagens “participativas” ou de pesquisa-ação (Albaladejo e Casabianca, 1997b), o que Freire Vieira & Weber chamam de “pré-condições de viabilidade” (1997, p.17). De forma mais geral, no que concerne a aplicação das abordagens de “gestão concertada de recursos” ao projeto PDA, comprovamos, mais uma vez, as qualidades metodológicas que mencionam Freire Vieira & Weber em relação aos enfoques de “desenvolvimento sustentável”. Essas abordagens, que aplicamos, têm uma consequência importante: a coleta e análise de experiências e dados empíricos. Têm também uma capacidade de análise que não precisa, sistematicamente, recorrer a princípios e discursos ético normativos como, infelizmente, é o caso de muitas abordagens em desenvolvimento sustentável. Mas, sobre a crítica dos enfoques de desenvolvimento sustentável que estes autores fazem, ou seja, insensibilidade à preocupação pelas condições de viabilidade de sua aplicação, observamos que pensar em termos de “gestão concertada” tem dois efeitos contraditórios: 1- estas abordagens têm muitas limitações no contexto da Amazônia e questiona-se a possibilidade de sua aplicação; 2- estão em condição de detectar os seus limites e de ensejar a busca de abordagens complementares.

Quando mais não seja, a tentativa de aplicação dessas abordagens, permite medir a distância entre um contexto de violência e dominação e um contexto social onde uma deliberação sobre a utilização da natureza seria factível. Ademais, tentar aplicá-la na prática produz, ao nosso ver, um aprendizado para os agricultores, pesquisadores e administradores que permite contribuir para a mudança nas condições sociais de aplicação da gestão concertada.

Evidentemente, quando falamos de aprendizado nos referimos às capacidades de gestão da natureza por esse dispositivo heteróclito e balbuciante que chamamos “sistema de ação com contornos mal definidos”, vistos como atributos específicos de cada um dos participantes deste sistema, e não às aprendizagens em suas dimensões individuais.

A primeira aprendizagem seria, talvez, conseguir funcionar enquanto dispositivo social de gestão da natureza. É necessário, nesse caso, dirigir nossa atenção à construção de relações entre os participantes a esta gestão.

Temos que distinguir entre as relações funcionais no interior de um projeto e as relações comunicacionais. No que tange a este último tipo de relações, a “dimensão” mercantil pode ser vista, no caso do PDA, como uma entrada possibilitando a introdução progressiva de outras “dimensões” nas deliberações. De fato, utiliza-se mais essa “dimensão” como um instrumento de estímulo do que como uma alavanca para estabelecer acordos, dois mecanismos de coordenação das ações bem diferentes. Todavia é preciso enxergá-la como induzindo os agricultores a participarem de um diálogo, a fazer parte de um processo de co-aprendizagem.

No que toca às relações funcionais, até o presente, há uma acomodação através da produção de regras durante o curso dos acontecimentos (então de regras “em situação”, enquanto revisão dos marcos da ação nos casos de conflito de interpretação entre atores, por Livet & Thévenot: “*As regras não podem entretanto nos possibilitar atingir uma transparência das intenções intersubjetivas e não nos garantem um sucesso duradouro da coordenação. Elas nos possibilitam, unicamente, reajustar esta coordenação no caso de insucesso*” (1994, pág. 146)). A coordenação é, então, pensada como uma interpretação durante a ação. No caso do PDA, por enquanto, mal chegou-se a este ponto.

O nosso pouco tempo de acompanhamento desse projeto não nos permite observar, menos ainda avaliar, um verdadeiro processo de aprendizagem. Mas é importante ressaltar que o PDA, como temos comentado, tem uma longa história anterior a sua formalização. Mesmo se “defeituosa” no critério de uma deliberação participativa, sua própria montagem demonstra ao menos uma capacidade de adaptação a novas formas de relações num projeto, que é surpreendente em si. É mister lembrar que as lideranças de Sítio Novo foram hábeis na “captação” de projetos (e fundos) externos pela “comunidade” (posto de saúde, o motor da casa comunitária de farinha, a horta comunitária etc.), mas sempre sem negociação interna e com um uso nitidamente paternalista e clientelista dos recursos. Mesmo se, basicamente, as coisas não melhoraram, a forma transformou-se radicalmente: agora, todas as decisões importantes estão sendo tomadas pela comunidade, ainda que na presença de “estranhos”, que são obrigados a desenvolver uma retórica para fazer com que as coisas “sejam como elas têm que ser”. Achamos que essa situação é uma “porta aberta” para o aprendizado de novas relações. De maneira geral, trata-se de uma hipótese que seria interessante tentar avaliar nas localidades da região de Marabá onde houve projetos de ONG’s.

Outro aprendizado muito mais rápido e visível acontece nas relações entre “estranhos” e “lavradores”. Agora os “doutores” vêm na localidade e têm que explicar, por exemplo, os critérios de corte propostos; da mesma maneira os lavradores podem fazer ouvir seus próprios pontos de vista. As coisas se passam efetivamente assim; parece-nos que o fato dos agricultores acompanharem, permanentemente, o especialista florestal durante o inventário florestal contribuiu muito para que eles tenham adquirido mais confiança para intervir nos debates técnicos. Da mesma maneira, as “lideranças” não são mais um intermediário obrigatório entre os lavradores e os estranhos. Por não ter entendido isso, o delegado sindical de Josinópolis elaborou uma estratégia, que fracassou, de aproveitamento do PDA para seu prestígio pessoal. Inversamente, o aprendizado dos pesquisadores também foi de monta, principalmente por terem ido além da visão ingênua da “participação” sem se desanimarem.

O PDA também foi proveitoso ao possibilitar que os agentes de desenvolvimento e os agrônomos envolvidos no projeto entendessem melhor a contribuição das ciências humanas, com sua diversidade e seus limites. Ainda que a abordagem em termos de sociologia das organizações tenha se mostrado operacional para compreender o dia-a-dia do projeto – por exemplo, para avaliar a pertinência de uma informação, ou seja, distinguir uma anedota de um fato – as pesquisas em sociologia rural com enfoque mais estruturalista (D’Incao, 1997) foram melhor entendidas porque permitem uma explicação mais global.

A análise dos primórdios do PDA mostra bem que não se pode aplicar os conceitos da sociologia das organizações desprezando os problemas e a estrutura da sociedade brasileira, os quais explicam a presença dos agricultores e dos pesquisadores na Amazônia. É preciso compor um quadro mais geral que permita levar em consideração a importância dos fatores históricos e sociais na região em estudo. No entanto, quando aplicado em colaboração com cientistas sociais e com consciência de seus limites, o enfoque em gestão concertada tem um grande poder heurístico para entender as condições e as modalidades de uma deliberação sobre o manejo dos recursos naturais, e para caminhar no sentido de uma “utopia necessária”: uma democratização das relações quotidianas dos agricultores familiares, entre si e com os intervenientes externos.

Referências bibliográficas

- ALBALADEJO C. *Multi-purpose landuse by traditional rural societies of the Cévennes Mountains in South France*. Séminaire CEE "Agricultural Management and Environmental Objectives", 15-17 juillet 1987, Bristol, Grande Bretagne. 1987. 14 p.
- ALBALADEJO C. Diagnostic des dynamiques locales d'un système agraire et aide à l'intervention sur le front de colonisation spontanée en Amérique du Sud. *Les Cahiers de la Recherche Développement, Montpellier*, N.13, p.12-20. 1987
- ALBALADEJO C. & CASABIANCA F. Una investigación-acción sobre las representaciones que los organismos de investigación y de desarrollo tienen del saber de los agricultores. Las condiciones previas a la participación. In: Berdergué J.A. et Ramírez E. (dir.), *Investigación con enfoque de sistemas en la agricultura y el desarrollo rural*. RIMISP, Santiago, Chile. 1995. p. 235-243.
- ALBALADEJO C., CASABIANCA F. (dir.). *La recherche-action. Ambitions, pratiques, débats*. Paris, INRA. 1997. 230 p.
- ALBALADEJO C., AUDIOT A. & SAUGET N. Approches de la conservation et de la gestion d'un bien commun. Trois pratiques de recherche-action. *Études et Recherches sur les Systèmes Agraires et le Développement, INRA*, N.30, p.27-46. 1997
- AMMANN S.B.. *Ideologia do desenvolvimento de comunidade no Brasil*. 8a ed., São Paulo, Cortez Editora. 1992. 211 p.
- BOLTANSKI L., THÉVENOT L.. *De la justification. Les économies de la grandeur*. Paris, Gallimard. 1991. 483 p.
- BOURDIEU P. *Le sens pratique*. Paris, Editions de Minuit. 1980 475 p.
- BOURDIEU P. *Raisons pratiques. Sur la théorie de l'action*. Paris, Seuil. 1994. 251 p.
- CALLON M. (dir.). *La science et ses réseaux. Genèse et circulation des faits scientifiques*. Paris, La Découverte, 1989. 214 p.
- CROZIER M., FRIEDBERG E.. *L'acteur et le système. Les contraintes de l'action collective*. 2ème ed., Paris, Seuil. 1982. 278 p.
- DESCOLONGES M.. *Qu'est-ce qu'un métier ?* Paris, PUF. 1996. 264 p.
- D'INCAO M.C., ROY G. *Nós, cidadãos aprendendo a democracia*. São Paulo, Paz e Terra 1995. 279 p.
- D'INCAO M.C. Clientelismo e democracia nas organizações dos agricultores familiares da Microrregião de Marabá. A Associação dos Pequenos Agri-

- cultores da Consulta. In: Albaladejo C. e Veiga I. (orgs.) *A Construção Local dos Territórios da Agricultura Familiar (Amazônia – Nordeste). Parte I: A Intervenção Local em Questão*. UFPA e INRA/SAD (França), *Revista Agric. Familiar: Pesq., Form. e Desenv.*, v.1, n. 2, 2000, p. 113-139.
- DUBOST J. *L'intervention psychosociologique*. Paris, P.U.F. 1987. 350 p.
- FREIRE P. *Pedagogia do oprimido*. 17ème ed., Rio de Janeiro, Brasil, Paz e Terra. 1987 184 p.
- FREIRE VIEIRA P., WEBER J. (dir.). *Gestão de recursos naturais e desenvolvimento. Novos desafios para a pesquisa ambiental*. São Paulo, Cortez Editora. 1997a. 500 p.
- FREIRE VIEIRA P. & WEBER J. Sociedades, naturezas e desenvolvimento viável. In: Freire Vieira P. et Weber J. (eds.), *Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento*. Cortez Editora, São Paulo. 1997b. p. 17-50.
- FRIEDBERG E. *Le pouvoir et la règle. Dynamiques de l'action organisée*. Paris, Seuil. 1993. 405 p.
- FUNTOWICZ S.O., RAVETZ J.R. *Epistemología política. Ciencia con la gente. Versión castellana y prólogo Cecilia Hidalgo*. Buenos Aires, Argentina, Centro Editor de América Latina. 1993. 94 p.
- GHAID. & VIVIAN J.M. (dir.). *Grassroots environmental action. People's participation in sustainable development*. London & New York, Routledge. 1992. 351 p.
- GOFFMAN E. *Les rites d'interaction*. Paris, Ed. de Minuit. 1974 230 p.
- GOYET G. Recherche-action et conduite de projets territoriaux. *Revue Internationale de Systémique*, V. 6, N.4p.379-402. 1992
- HABERMAS J. *La technique et la science comme "idéologie"*. Paris, Gallimard. 1973.211 p.
- HATCHUELA. & MOISDON J.-C. Modèles et apprentissage organisationnel. *Cahiers d'Economie et de Sociologie Rurales*, V.28, p.17-32. 1995
- HÉBETTE J. (dir.). *O cerco está se fechando*. Belém, Brasil, VOZES, NAEA e FASE. 1991. 347 p.
- HUIJSMAN A.. Toward the concerted management of agro-ecosystems. *Journal of Farming Systems Research-Extension, Tucson, Arisona, USA*, V.5, N.1, p.79-89. 1995
- KAYSER B., BRUN A. & CAVAILHÉS J.. *Pour une ruralité choisie*. La Tour-d'Aigues, DATAR – Editions de l'Aube. 1994. 234 p.
- LÉVI-STRAUSS C.. *La pensée sauvage*. Paris, Plon. 1962. 350 p.
- LINHART R.. *L'établi*. Paris, Editions de Minuit. 1978. 194 p.
- LIVETP. & THÉVENOT L. Les catégories de l'action collective. In: Orléan A. (dir.), *Analyse économique des conventions*. Paris, PUF, 1994. p. 34-56.

- MARTINS J. DE SOUZA. *A reforma agrária e os limites da democracia na Nova República*. São Paulo, Hucitec. 1986. 234p.
- MARTINS J. DE SOUZA. *A chegada do estranho*. São Paulo, Hucitec. 1993. 179 p.
- MERMET L. *Stratégies pour la gestion de l'environnement. La nature comme jeu de société ?* Paris, L'Harmattan. 1992. 205 p.
- MERRILL-SANDS D. & COLLION M.-H. Making the farmer's voice count: Issues and opportunities for promoting farmer-responsive research. *Journal of Farming Systems Research-Extension, Tucson, Arisona, USA, V.4, N.1, p. 139-161. 1993*
- MONACHESIA. & ALBALADEJO C. Gestion concertée de l'eau dans un bassin versant pampéen. Apprendre l'hydraulique et la démocratie. *Nature, Sciences, Sociétés, V. 5, N. 3, p. 24-38. 1997.*
- MUCHAGATA M., FERREIRA S., DE REYNAL V. & BARRETO S. Em busca de alternativas ao uso predatório dos recursos florestais na fronteira amazônica. *Agricultura Familiar Pesquisa, Formação e Desenvolvimento, Univ Fed. do Pará, Belém, Brasil, V.1, N.1, p. 21-38. 1996.*
- NELSON N., WRIGHT S.. *Power and participatory development: Theory and practice*. London, Intermediate Technology Publications. 1997. 225 p.
- OLIVIER DE SARDAN J.-P.. *Anthropologie et développement. Essai en socio-anthropologie du changement social*. Marseille et Paris, APAD et Karthala. 1995. 221 p.
- OLLAGNON H. Estratégia patrimonial para a gestão dos recursos e dos meios naturais: enfoque integrado da gestão do meio rural. In: Freire Vieira P. & Weber J. (dir.), *Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento*. Cortez Editora, São Paulo. 1997. p. 171-200.
- RÖLING N. Platforms for decision-making about ecosystems. In: Fresco L.O., Stroosnijder L., Bouma J., Van Keulen H. (eds.), 1994: *The future of the land: Mobilising and integrating knowledge for land use options*. London, John Wiley & Sons. 1994. p. 385-93.
- SALMONA M. Transformations technologiques et vulgarisation scientifique: histoire des apprentissages précoces – imaginaire et activité technique. *Techniques & Culture, N.1, p. 71-99. 1983.*
- THÉVENOT L.. L'action qui convient. In: Pharo P., Quéré L. (dir.): *Les formes de l'action. Sémantique et sociologie*. Paris, Editions de l'EHESS. 1990. p. 39-69.

- THIOLLENT M. *Metodologia da pesquisa-ação*. 7. ed. São Paulo, Brasil, Cortez Editora, 1996. 108 p.
- VEIGAL JR. & ALBALADEJO C. *Representação dos conhecimentos agrícolas locais em duas localidades da região de Marabá. Quais são as retóricas técnicas camponesas de gestão dos estabelecimentos agrícolas familiares?* Seminário Internacional "A construção local do território na Amazônia Oriental". Marabá (PA), Brasil, de 19 a 21 de março de 1997, Universidade Federal do Pará, CAP/NEAF e CNPq, Marabá (PA), Brasil. 1997. 22 p.
- VON GLASERFELDE. Introduction à un constructivisme radical. In: Watzlawick P. (dir.): *L'invention de la réalité*. Paris, Seuil. 1988. p. 19-43.
- WEBER J. Gestão de recursos renováveis: fundamentos teóricos de um programa de pesquisas. In: Freire Vieira P. et Weber J. (dir.), *Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento*. Cortez Editora, São Paulo. 1997. p. 115-146.